LEGAL ALERT

ALTERAÇÕES AO REGIME JURÍDICO APLICÁVEL AO SETOR ELÉTRICO

NOVAS REGRAS PARA O LICENCIAMENTO DE CENTRAIS DE PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

O Decreto-Lei n.º 76/2019 foi publicado em *Diário da República* no dia 3 de junho de 2019 e altera o Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto¹, que estabelece o regime jurídico aplicável às atividades de produção, armazenamento, transporte, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como à operação logística de mudança de comercializador e à organização dos respetivos mercados.

Esta alteração incide essencialmente sobre as normas relativas ao licenciamento de centrais de produção de energia (renovável) e surge no contexto do crescente interesse no desenvolvimento de projetos de energia solar em regime de mercado e da consequente insuficiência da capacidade da rede.

Das alterações introduzidas, destacam-se as seguintes:

- a) A obtenção de licença de produção depende da prévia atribuição de reserva de capacidade de injeção na rede elétrica de serviço público (RESP), que consiste em: (i) título emitido pelo operador da RESP a pedido do interessado; (ii) acordo entre o requerente e o operador da rede, mediante o qual aquele assume os encargos financeiros decorrentes da construção ou reforço da rede; ou (iii) título emitido pelo operador da RESP no seguimento de procedimento concorrencial para atribuição de reserva de capacidade de injeção na rede;

¹ Alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 215-B/2012, de 8 de outubro, e alterado pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, pelo Decreto-Lei n.º 38/2017, de 31 de março, pelo Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro, pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 76/2019, de 3 de junho.

- b) A reserva de capacidade de injeção na RESP depende da prestação de caução pelo interessado, destinada a garantir a obtenção da licença de produção. O montante da caução varia consoante o procedimento e o título de reserva que tenha sido emitido. No caso em que o operador da RESP emite o título a pedido do interessado, o montante deve corresponder a 10 000 EUR por MVA de capacidade a atribuir. Quando seja celebrado acordo entre o interessado e o operador da rede nos termos acima descritos, o montante corresponde a 5% dos encargos que venham a ser assumidos pelo primeiro ou a 10 000 EUR por MVA, conforme o que seja superior. Caso o título de reserva tenha sido emitido pelo operador de rede no contexto de procedimento concorrencial, o montante é estabelecido no âmbito do mesmo;
- c) Após atribuição da reserva de capacidade de injeção na RESP, o interessado deve iniciar o procedimento de obtenção de licença de produção, devendo, nomeadamente, assegurar o direito para utilização do espaço de implantação do centro electroprodutor, verificar a existência de constrangimentos de natureza ambiental ou relativos ao uso do imóvel e promover os procedimentos aplicáveis com vista à obtenção das autorizações e/ou pareceres necessários e elaborar o respetivo projeto;
- d) A produção em regime especial pode beneficiar de um regime de remuneração garantida, que é atribuído: (i) a novas centrais no âmbito de procedimento concorrencial; (ii) a centros electroprodutores com potência instalada até 1 MW; ou (iii) em caso de sobreequipamento ou para unidade de produção em centros electroprodutores já existentes que utilizem fonte de energia primária diversa;
- e) A produção de eletricidade a partir de fontes de energia renovável baseada em uma única tecnologia de produção, com capacidade máxima instalada até 1 MW e destinada à venda total de energia à RESP está sujeita a registo prévio e a obtenção de certificado de exploração. A energia produzida por estas centrais é remunerada, por opção do produtor, pela remuneração geral ou pela remuneração garantida obtida com base em modelo de licitação, no qual os concorrentes oferecem descontos à tarifa de referência fixada pelo Governo (em termos semelhantes aos previstos no [Decreto-Lei n.º 153/2014, de 20 de outubro](#), para os centros electroprodutores com potência de ligação à rede igual ou inferior a 250 kW, que agora passam a reger-se pelo [Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto](#));
- f) Os títulos de reserva de capacidade, incluindo o acordo celebrado entre o operador da rede e o produtor, e as licenças de produção só podem ser transmitidas mediante autorização da entidade licenciadora e apenas após a emissão da respetiva licença de exploração;

- g) As alterações introduzidas ao Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto (conforme sucessivamente alterado), aplicam-se a processos pendentes. Os pedidos submetidos à entidade licenciadora antes da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 76/2019, de 3 de junho, sem prévia reserva de capacidade de injeção na RESP suspendem-se até obtenção do título previsto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto, na sua atual redação, que estabelece os critérios de atribuição da licença de produção. Aos projetos que se encontrem a aguardar a atribuição de capacidade de receção na rede, na sequência de realização de sorteio e com caução prestada, deverá ser atribuída capacidade de injeção assim que a mesma esteja disponível;
- h) A atividade de armazenamento de energia elétrica pode ser desenvolvida em conjunta com a de produção, através da instalação de infraestruturas de armazenamento em centros electroprodutores, ou de forma autónoma, nos termos a definir em legislação específica;
- i) Até que seja atribuída a licença de facilitador de mercado, o comercializador de último recurso com atribuições à escala do Continente assegura a aquisição da energia elétrica produzida ao abrigo do regime de remuneração geral pelos produtores em regime especial cuja potência de injeção na RESP não exceda 1 MW;
- j) As concessões de distribuição de energia elétrica em baixa tensão podem integrar a rede de iluminação pública nos respetivos bens, mediante decisão do concedente.

O Decreto-Lei n.º 76/2019, de 3 de junho, entrou em vigor no dia 4 de junho de 2019, com exceção da norma transitória que atribui ao comercializador de último recurso a função de facilitador de mercado de determinados centros electroprodutores, que entra em vigor no prazo de 45 dias contados de 3 de junho, e da norma que prevê a revogação do Decreto-Lei n.º 153/2014, de 20 de outubro, na parte aplicável à produção de eletricidade através de unidade de pequena produção, a qual produz os seus efeitos no prazo de quatro meses após a publicação do Decreto-Lei n.º 76/2019, de 3 de junho.

[Ricardo Andrade Amaro \[+info\]](#)
[Catarina Brito Ferreira \[+info\]](#)
[Joana Alves de Abreu \[+info\]](#)